

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 917.856 MINAS GERAIS

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S)	: APARECIDO ALVES DA SILVA
RECTE.(S)	: MARCO ANTONIO VAC JÚNIOR
ADV.(A/S)	: LUCIANO SANTOS LOPES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO –
INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO
ESPECIAL – PREJUÍZO PARCIAL –
RECURSO EXTRAORDINÁRIO –
MATÉRIA FÁTICA E LEGAL –
INVIABILIDADE – AGRAVO
DESPROVIDO.**

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu e acolheu parcialmente o pedido nele formulado, assentando a absolvição do recorrente Aparecido Alves da Silva. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que, assim, deixou de subsistir, no particular.

2. No mais, quanto a Marco Antônio Vac Júnior, a recorribilidade extraordinária é distinta daquela revelada por simples revisão do que decidido, na maioria das vezes procedida mediante o recurso por excelência - a apelação. Atua-se em sede excepcional à luz da moldura fática delineada soberanamente pela Corte de origem, considerando-se as premissas constantes do acórdão impugnado. A jurisprudência

ARE 917856 / MG

sedimentada é pacífica a respeito, devendo-se ter presente o Verbete nº 279 da Súmula desta Corte:

Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.

As razões do extraordinário partem de pressupostos fáticos estranhos à decisão atacada, buscando-se, em última análise, conduzir esta Corte ao reexame dos elementos probatórios para, com fundamento em quadro diverso, assentar a viabilidade do recurso.

A par desse aspecto, o acórdão impugnado mediante o extraordinário revela interpretação de normas estritamente legais, não ensejando o acesso ao Supremo. À mercê de articulação sobre a violência ao Diploma Maior, pretende-se guindar a esta Corte recurso que não se enquadra no inciso III do artigo 102 da Constituição Federal.

3. Ante o quadro, declaro o prejuízo ao extraordinário quanto a Aparecido Alves Silva e o desprovejo no tocante a Marco Antônio Vac Júnior.

4. Publiquem

Brasília, 9 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator